

Cooperação entre os Municípios, os Estados e a União

Fixação do conceito de problema nacional

BENEDICTO SILVA

A linguagem política, administrativa e jornalística, em voga no Brasil nestes últimos anos, deu curso forçado, entre várias outras, a estas duas expressões: "problemas nacionais" e "reajustamento". Tão largo, frequente e diverso é o emprego de tais motes, que o próprio sentido das palavras "problemas nacionais" e "reajustamento" hoje figura entre as cousas brasileiras que precisam de ser "reajustadas". Já de si originariamente metafórica, a expressão "problemas nacionais" acabou por adquirir, entre nós, à força de ser repetida, um significado vago, flutuante, emaranhado em tantos sub-sentidos quantas as concepções particulares a ela emprestadas. Cada um a interpreta a seu modo.

Dando roupagem nova ao provérbio latino *gutta cavat lapidem*, Gustavo Le Bon escreveu, certa vez, que a repetição sistemática detem o poder de transformar ilogismos em axiomas. Não se pode deixar de reconhecer, efetivamente, a tremenda influência persuasiva da repetição. A insistência organizada, metódica, infatigável, constitui o segredo de muitos triunfos. Para que uma idéia se arraigue e corra mundo, expandindo e fortalecendo-se no tempo e no espaço, não é preciso que seja verdadeira nem fecunda: basta que seja repetida e repetida.

Mas se a repetição de idéias produz semelhante efeito, o mesmo não se deve dizer da repetição intensa e extensa de expressões mais ou menos abstratas, que se popularizam apenas no que encerram de formal. O emprego exaustivo e universal acaba por deformá-las, quando não as torna completamente vazias de sentido específico. A representação objetiva, não importa se traduzida em

forma ou em som, de certos conceitos abstratos muito vulgarizados, perde a pouco e pouco o poder de evocar as representações subjetivas que primitivamente lhes constituíam, por assim dizer, o eco mental.

Foi o que ocorreu com a sonora expressão "problemas nacionais", que é hoje uma espécie de estribilho obrigatório onde quer que se trate dos assuntos relacionados com a situação geral do país. Nenhuma outra pode competir com ela nas preferências dos que versam tais assuntos. O jornalismo sova-a sem medida, já quasi maquinalmente, no corre-corre de sua inevitável improvisação de todo dia. Certa classe de apóstolos boêmios, que *salvam* o país nas esquinas e nos cafés, esbanja-a como se fosse moeda miuda de troco. Não há discussão sobre política, a que ela fique alheia. Sôa, a cada instante, nos próprios salões familiares, sempre que a palestra recaia, como não é raro acontecer, no chamado "mal do Brasil".

Com essa velocidade de circulação, assim martelada por todo mundo, era natural que a expressão "problemas nacionais" incorporasse, como incorporou, ao seu sentido original, já de si figurado, dezenas e dezenas de acepções subjacentes. Disso resultou que, na terminologia corrente brasileira, a referida expressão já agora aparece, a quem nele detem o pensamento, desfigurada por uma como que hipertrofia de sentidos froixos e interferentes.

Afim de evitar que nos interpretem ao sabor dos mil e um significados indistintos de tal expressão, que o objetivo da presente série de artigos nos obriga a usar tão frequentemente, vamos tentar fixar o conceito que a ela atribuímos.

Chamamos "problema nacional" qualquer necessidade importante, sentida coletivamente, ou que afete os interesses de toda a comunidade e que, pelo vulto e extensão, se torne insusceptível de ser satisfeita por pessoas físicas, ou por pessoas jurídicas de direito privado, quer ajam isoladamente ou em grupos. Trata-se, na maioria dos casos, de necessidades materiais, objetivas, cuja satisfação importa em aumento do bem estar coletivo.

Faltam-nos, por exemplo, meios suficientes e eficientes de transporte. Tal falta traduz uma contingência, um típico *handicap* nacional. Livrar-nos dele é, pois, uma necessidade importante, instantânea e comum a todos os brasileiros.

É tido como ponto pacífico que a satisfação dessa necessidade elevaria o nível do bem estar de toda a população, por isto que aumentaria a mobilidade de nossas riquezas, de nossas idéas e de nosso povo, tornando mais sólida e homogênea a unidade nacional, acordando iniciativas, compensando melhor os esforços, efetivando-nos, em suma, na posse plena de um tesouro cujo valor exato ainda ignoramos e que até hoje só usufruímos em pequena escala — os recursos naturais do país.

Vemos assim que a penúria de meios de transporte se enquadra perfeitamente no conceito, que ora estamos procurando reajustar, de "problema nacional". Substituir essa penúria pelo seu oposto é uma necessidade vital, imperiosa, que afeta os interesses da coletividade inteira. Ocorre, além disso, que o Estado é a única entidade suficientemente poderosa e, ao mesmo tempo, insensível à ambição de lucro, de que a sociedade dispõe para enfrentar a complexidade de empresas de tal vulto.

Pela sua ocorrência em cada região e mesmo em cada município, bem como pelo seu indiscutível caráter de necessidade impositiva, *cuja satisfação condiciona o próprio desenvolvimento do país*; a falta de meios de transporte distingue-se nitidamente, entre nós, como objeto de cogitação governamental, de outros problemas igualmente chamados nacionais, como sejam o flagelo das secas nordestinas, o serviço das dívidas externas, etc. Conquanto sejam problemas de governo e naturalmente afetos ao Governo, o flagelo das secas periódicas e o serviço das dívidas externas não são — a nosso ver, bem entendido — problemas nacionais, bem como não o são quaisquer outros a que faltem algumas das características apontadas. Com

isto queremos dizer que nem por muito importante e mesmo imperativo deve um problema de governo ser considerado nacional, uma vez que não apresente aquele conjunto de aspectos já enumerados.

Poderão julgar acadêmica essa discriminação. Fazemo-la, entretanto, por amor da clareza e também por motivos de ordem prática, por isto que só os problemas nacionais, inquestionavelmente enquadrados no conceito que pensamos haver fixado, constituem base propícia para o estabelecimento do sistema de larga cooperação inter-administrativa por nós preconizado.

Para adquirir realidade prática, tornar-se *vivo*, orgânico, produtivo, é necessário que o sistema de cooperação de que falamos se enraíze não apenas nos sentimentos de brio, patriotismo e solidariedade humana do nosso povo, mas também e sobretudo nos seus interesses materiais imediatos.

Seduz-nos a perspectiva de ver surgirem, do sistema de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios, grandes campanhas administrativas nacionais, campanhas que empolguem pouco a pouco o país inteiro, que somem e capitalizem as forças dispersas dos nossos órgãos executivos, que lhes multipliquem o poder de realização.

A organização de campanhas de tal envergadura, passíveis de mobilizarem, em busca de um mesmo fim, todos os nossos recursos administrativos, pressupõe a preparação cuidadosa de um lastro emocional, ou antes, de uma atitude de cordial receptividade por parte dos sentimentos populares, cuja colaboração, ainda quando passiva, soe ser altamente apreciável. De todos os sentimentos populares, o mais sensível, o mais à flor da pele é, sem dúvida, o interesse material. Uma vez bem trabalhado, uma vez atingido em cheio por qualquer forma de publicidade, esse interesse logo se transforma em forças irresistivelmente ativas. Em geral, qualquer causa ou campanha de grande vulto, cuja sustentação demande tempo e pluralidade de recursos, terá tanto mais probabilidades de triunfo completo quanto mais agitar, canalizar e atrair para si, em sentido favorável, as forças imponderáveis geradas pela concordância de disposição da comunidade interessada.

As ações governamentais, em particular, quando captam essas forças, ou melhor, quando lançam raízes no interesse material da maioria,

dele recebem uma corrente contínua de vitalidade, que se exterioriza em forma de solidariedade espontânea, tácita, fecunda, entre o governo e o povo. Não se trata, no caso, de simples solidariedade política entre tais e tais classes, partidos ou grupos e tais e tais homens que, no momento, detenham o poder. Longe disso. Trata-se de solidariedade instintiva, que deixa à margem os indivíduos e os grupos transitórios, estabelecendo-se incoercivelmente por si mesma, à maneira de fenômeno natural, entre o agregado humano e o governo abstratamente considerado.

A ex-Linha Maginot, na França, representava um exemplo perfeito de obra pública em torno da qual se processou um desses casos de solidariedade profunda entre o governo e o povo. É sabido que, durante a construção da famosa série de fortalezas, a França experimentou as mais graves vicissitudes políticas internas e externas. Dividida em ativíssimos partidos de direita, de centro e de esquerda, a população francesa viveu em encarniçada luta política no período compreendido entre o fim da Grande Guerra e o princípio da atual. Grupos oriundos de todos aqueles setores, representando ideologias inconciliáveis, frequentemente se revezavam no poder. No entanto, acima de todo o desassossego nacional, à margem daquela crônica superposição de crises, a despeito da tremenda sublevação de antagonismos domésticos, o povo francês se conservou indissolúvelmente solidário com o seu Governo em tudo quanto dizia respeito ao acabamento do sistema defensivo de que a ex-Linha Maginot era o elemento principal. Que explica isso? É que aquela empresa teve a seu favor, desde logo, a atitude de benévola receptividade coletiva a que fizemos referência. A simples concepção da aludida obra emocionou não apenas os sentimentos de patriotismo, o brio e a dignidade do povo francês, mas principalmente o seu próprio instinto de

defesa e conservação, que é uma forma aguda de interesse material imediato.

Nem todos os problemas de governo, porém, trazem em si o mesmo poder emocionante da ex-Linha Maginot. Muitos deles não conseguem afetar as zonas dos sentimentos populares ocupadas pelo interesse material.

Daí a razão por que julgamos que as campanhas administrativas nacionais, de que tratamos, não devem ser articuladas, pelo menos inicialmente, em torno da solução de problemas insusceptíveis de influírem ativamente nos sentimentos populares que emanam do interesse material.

Cumpriria orientá-las no sentido da solução dos verdadeiros problemas nacionais, daqueles de que o povo tem consciência através de necessidades objetivas, como o do transporte, o da assistência médico-hospitalar, o do ensino, etc.

A falta de meios de transporte, a ausência de assistência médico-hospitalar, a carência de estabelecimentos de ensino, são necessidades materiais puras, experimentadas pelo povo quasi que em pé de igualdade com as próprias sensações físicas. Todo movimento feito, toda ação desenvolvida pelos poderes públicos para satisfazer tais necessidades, suprimindo-lhes as causas, fere simpaticamente os sentimentos populares naquilo que eles têm de mais impressionável — o interesse material, predispondo-os para uma atitude de espontânea aliança. Forramo-nos ao trabalho redundante de salientar a significação dessa aliança.

Como vêem, foi um certo senso de realismo que nos levou a digressar tão longamente, na tentativa de fixar senão o conceito pelo menos um conceito de problema nacional. (1)

(1) O primeiro artigo desta série foi publicado na edição de agosto, sob o mesmo título geral, "Cooperação entre os Municípios, os Estados e a União". Os artigos subsequentes tratam da forma e da implantação do sistema de cooperação administrativa entre os três níveis governamentais.